

CARTA

Projeto de Lei Sobrepe Question Ética na Comunicação Científica Brasileira⁵⁸

Profa. Dra. Telma de Carvalho⁵⁹

Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 2096/20 para coibir que revisores e editores exijam a citação de artigos científicos como condição para que o trabalho seja publicado, denominando essa prática de crime de citação coercitiva, que pode ser punido com detenção de um a seis meses, ou multa. A proposta que tramita, no momento da redação desta carta, na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP), prevê alteração no Código Penal. O deputado Fausto Pinato (PP-SP), autor do projeto, considera que isto acontece em função das avaliações de periódicos utilizarem os índices de citação como base e da necessidade de publicação pelos autores, citando o famoso “publicar ou perecer” (SOUZA, 2020).

As revistas brasileiras, em média, possuem um baixo fator de impacto e os revisores são voluntários nesse trabalho tão necessário e se dedicam integralmente para contribuir com a ciência nacional e, naturalmente, têm a sua expertise. Por outro lado, há também avaliadores brasileiros que participam como *Ad Hoc* em revistas internacionais, colaborando na avaliação de artigos. Portanto, há de se considerar em que condições estariam acontecendo as “citações coercitivas” nas revistas brasileiras, inclusive, para que se conheçam em quais tipos de publicações ocorrem, uma vez que devemos considerar, ainda, o que se chama de revista predatória, que nem sempre possuem o processo de revisão por pares.

Talvez tenhamos que nos debruçar um pouco mais no entendimento da PL e seja necessário um amplo debate sobre o assunto, em um fórum que reúna a Associação Brasileira

⁵⁸ Recebida em 30/10/2020, versão aprovada em 02/01/2021.

⁵⁹ Atualmente é docente adjunto no Curso de Biblioteconomia e Documentação do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Sergipe (UFS), tendo exercido a função de coordenador do curso no período de 2014 a 2016. Foi Presidente da Associação Profissional dos Bibliotecários e Documentalistas de Sergipe (APBDSE), nos períodos de 2015 a 2017 e 2018-2020. Vice-Presidente da Federação Brasileira de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) no período de 2015 a 2017 e de 2018 a 2020. É coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), no curso de Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento (PROFIN). Coordenadora do Curso Bacharelado em Biblioteconomia na modalidade à distância no CESAD/UFS. Atualmente é vice-presidente do CRB5 (Bahia/Sergipe) na 19a. gestão. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8059846475323761>, Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0001-8700-2452>. E-mail: <telmac@academico.ufs.br>.

de Editores Científicos (ABEC) e demais organismos que legitimam a produção científica nacional em publicações científicas. Em termos nacionais, como estamos em relação a essa questão? Que estudos veem sendo elaborados para detectar a citação coercitiva na avaliação de artigos de pesquisa brasileira? Trata-se de publicações brasileiras indexadas em bancos e bases de dados internacionais? De revistas brasileiras publicadas em inglês? De avaliadores brasileiros que são revisores em revistas internacionais? Do que estamos falando, exatamente, no caso do Brasil, para que se justifique o projeto de lei proposto?

Não se deve confundir a orientação de complemento de referências, mesmo que sejam com artigos publicados na mesma revista de submissão do artigo, com citação coercitiva. Qual o parâmetro que será adotado para medi-la?

Em que pese a necessidade de mudanças nesse panorama, particularmente considero deprimente termos uma lei para coibir uma prática que, antes de tudo, é uma questão ética. No meio científico, especialmente nas revisões de trabalhos, não é incomum sugestões de referências para complemento ao artigo, entretanto, nem sempre se referem a indicações de referências de trabalhos dos próprios revisores. Atrair essa sugestão à publicação do artigo que está em avaliação, é o que considero antiético e imprime questões de princípios morais que, quando não utilizados, acabam por prejudicar a reputação de todos.

Em artigo publicado sobre a responsabilidade do pesquisador no processo da ciência, Padilha, Ramos e Martins (2005, p. 99) salientam que suas qualidades incluem: “a honestidade intelectual, o desinteresse pessoal, a decisão na defesa da verdade, a crítica da falsidade”. Portanto, temos nesses itens um código ético e moral a ser seguido.

No artigo da Revista FAPESP, mencionada na PL, destaca-se a citação coercitiva que ocorria nos trabalhos avaliados pelo biofísico Kuo-Chen Chou nas revistas *Journal of Theoretical Biology (JTB)* e *Bioinformatics*, quando o revisor “pedia a autores de papers sob sua avaliação que mencionassem nas referências bibliográficas trabalhos assinados por ele, a fim de inflar artificialmente o impacto de sua produção científica” (SOUZA, 2020, p. 9). Descobriu-se que o revisor utilizava pseudônimo para mascarar suas avaliações. O revisor foi banido por má conduta, do corpo editorial das duas revistas. É isso o que tem que acontecer. Precisa de uma lei para isso aqui no Brasil?

Essa questão envolve a ética em todos os sentidos, não apenas para os revisores, mas também autores e editores de revistas, considerando-se, inclusive, as revistas predatórias que não têm outro objetivo a não ser o lucro e, neste caso, o processo de avaliação por pares, nem sempre ocorre. Mas fica ainda a questão: de que citação coercitiva estamos falando e em quais tipos de publicações?

Esta carta expõe a opinião e busca a reflexão, sobre o que realmente deve ser valorizado na comunicação científica. Seu objetivo primordial, o da disseminação, encontra-se prejudicado por princípios bibliométricos que deveriam valorizá-lo. Cabe aos profissionais da Informação e Comunicação aprofundar a discussão sobre o conteúdo tratado no referido projeto de lei, no sentido de superar a necessidade de uma regulação, por meio de princípios éticos intrínsecos à produção da informação e conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

O CERCO às citações manipuladas. **Revista Pesquisa FAPESP**: São Paulo, n. 289, p. 9-10 (Boas Práticas). Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-cerco-as-citacoes-manipuladas/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, Flávia Regina Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind; MARTINS, Cleusa Rios. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 96-105, jan./mar. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v14n1/a13v14n1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2021.

SOUZA, Murilo. **Projeto torna crime condicionar a publicação de artigo científico à citação de determinado autor**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2020. (Fonte: Agência Câmara de Notícias, 12/11/2020). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/705077-projeto-torna-crime-condicionar-a-publicacao-de-artigo-cientifico-a-citacao-de-determinado-autor/>. Acesso em: 25 fev. 2021.

VERSÃO INTEGRAL EM LÍNGUA INGLESA

LETTER

Bill of Law Overlaps Ethical Issues in Brazilian Scientific Communication⁶⁰

Profa. Dra. Telma de Carvalho⁶¹

The Bill of Law 2096/20 is being drafted in the Chamber of Deputies to prohibit reviewers and editors from demanding the citation of scientific articles as a condition for the work to be published, calling this practice a coercive citation crime, which can be punished with the detention of one to six months, or a fine. The proposal provides for an amendment to the Criminal Code. Deputy Fausto Pinato (PP-SP), the author of the project, considers that this happens because journal evaluations use citation rates as a basis and the need for publication by authors, citing the famous "publish or perish" (SOUZA, 2020).

Brazilian journals, on average, have a low impact factor and reviewers are volunteers in this much-needed work and are fully dedicated to contributing to national science and, of course, have their expertise. On the other hand, some Brazilian evaluators participate as Ad Hoc in international journals, collaborating in the evaluation of articles. Therefore, it must be considered under what conditions the "coercive citations" would be happening in Brazilian journals, including, so that they know in what types of publications they occur, since we must also consider what is called a predatory journal, which does not always have the peer review process. Perhaps we will have to focus a little more on the understanding of the bill and we need a broad debate on the subject, in a forum that brings together the Brazilian Association of Scientific Editors (ABEC) and other bodies that legitimize the national scientific production in scientific publications. In national terms, how are we on this issue? What studies have been developed to detect coercive citation in the evaluation of Brazilian research articles? Are these Brazilian publications indexed in international databases and databases? Of Brazilian magazines published in English? Of Brazilian evaluators who are reviewers in international

⁶⁰ Received on 10/30/2020, approved version 01/04/2021.

⁶¹ LATTES ID: <http://lattes.cnpq.br/8059846475323761>, ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-8700-2452>. E-mail: <telmac@academico.ufs.br>.

journals? What are we talking about, exactly, in the case of Brazil, to justify the proposed bill?

One should not confuse the guidance of complementing references, even if they are with articles published in the same journal for submission of the article, with coercive citation. What parameter will be adopted to measure it?

Despite the need for changes in this scenario, I particularly find it depressing to have a law to curb a practice that, above all, is an ethical issue. In the scientific community, especially in the revisions of works, it is not uncommon for suggestions of references to complement the article, however, they do not always refer to references of work references by the reviewers themselves. Linking this suggestion to the publication of the article under evaluation is what I consider unethical and prints questions of moral principles that, when not used, end up damaging everyone's reputation.

In an article published on the responsibility of the researcher in the science process, Padilha, Ramos, and Martins (2005, p. 99) emphasize that their qualities include: "intellectual honesty, personal disinterest, the decision in defense of the truth, criticism of falsehood". Therefore, we have in these items an ethical and moral code to be followed.

In the article from Revista FAPESP, mentioned in the bill, the coercive citation that occurred in the works evaluated by the biophysicist Kuo-Chen Chou in the journals: Journal of Theoretical Biology (JTB) and Bioinformatics, when the reviewer "asked authors of papers under his evaluation that mentioned in the bibliographic references works signed by him, to artificially inflate the impact of his scientific production" (SOUZA, 2020, p. 9). It turned out that the reviewer used a pseudonym to mask his assessments. The reviewer was banned for misconduct from the editorial board of the two magazines. This is what has to happen. Do you need a law for this here in Brazil?

This issue involves ethics in all senses, not only for reviewers, but also authors and editors of journals, even considering predatory journals that have no other purpose than profit and, in this case, the process of peer review is not always the case. But the question remains: what coercive quote are we talking about and in what types of publications?

This letter sets out the opinion and seeks reflection, about what really should be valued in scientific communication. Its primary objective, that of dissemination, is hampered by bibliometric principles that should value it. It is up to the Information and Communication professionals to deepen the discussion on the content dealt with in the aforementioned bill, to overcome the need for regulation, through ethical principles intrinsic to the production of information and scientific knowledge.

REFERENCES

O CERCO às citações manipuladas. **Revista Pesquisa FAPESP**: São Paulo, n. 289, p. 9-10 (Boas Práticas). Available in: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-cerco-as-citacoes-manipuladas/>. Access in: 25 feb. 2021.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; RAMOS, Flávia Regina Souza; BORENSTEIN, Miriam Susskind; MARTINS, Cleusa Rios. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 14, n.1, p. 96-105, jan./mar. 2005. Available in: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v14n1/a13v14n1.pdf>. Access in: 25 feb. 2021.

SOUZA, Murilo. **Projeto torna crime condicionar a publicação de artigo científico à citação de determinado autor**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2020. (Fonte: Agência Câmara de Notícias, 12/11/2020). Available in: <https://www.camara.leg.br/noticias/705077-projeto-torna-crime-condicionar-a-publicacao-de-artigo-cientifico-a-citacao-de-determinado-autor/>. Access in: 25 feb. 2021.